

:: Caderno Especial nº23¹

:: Edição: 23 de setembro a 07 de outubro 2005

Alguns comentários sobre o documentário "Justiça", de Maria Augusta Ramos

Por Tania Maria Dahmer Pereira²

Um aparato burocrático, frio, racional, despersonalizante - assim Maria Augusta Ramos apresenta o sistema penal: um conjunto de instituições formado pelas polícias, pelo judiciário, pelo sistema prisional e pela defensoria pública. Um aparato burocrático fragmentado (como o são todos com os quais interagimos na sociedade), que pulveriza o poder entre os seus fragmentos e que radicaliza o exercício do autoritarismo e da tradição em cada um de seus fragmentos.

Um aparato especial, destinado a hospedar os socialmente vulneráveis, que estão à mostra e aos olhos e mãos das polícias, seja na ação legal de cumprir mandados judiciais de prisão ou de ações inescrupulosas, corruptas, como no caso do preso Carlos Eduardo e de sua mãe.

Um aparato em que seres humanos são reduzidos a objetos burocráticos, que adquirem codinomes como "réus", "vulgos", "vagabundos", "elementos" e são reconhecidos apenas através dos chamados inquiridos e processos, que tramitam numa máquina lenta, pesada, assim naturalizada, responsável pela execução da justiça.

"Objetos burocráticos" podem ser transportados feito carga - está lá o camburão lotado! Estão lá presos algemados uns aos outros! Objetos burocráticos, portanto, dentro do contexto da ação burocrática, apresentam como efeito para suas vidas a sua desumanização radical, ou seja, o resultado visto na tela nos aponta a irrelevância dos padrões morais e éticos em favor do sucesso técnico da operação burocrática, como Baumann (1996) nos indica.

¹ Texto publicado no site <http://www.assistentesocial.com.br>

² Tania Maria Dahmer Pereira é assistente social do Secretaria Estadual de Administração Penitenciária do Rio de Janeiro desde 1970. É sócia-fundadora do Conselho da Comunidade (1993-94) e da Associação para a Reforma Prisional (ARP). É colaboradora permanente do site www.assistentesocial.com.br e integra o Conselho Científico da Revista *Ágora*.

A desumanização liga-se de modo inextricável à tendência mais essencial, racionalizante da moderna burocracia, ou seja, os objetos humanos perdem sua identidade, graças a um distanciamento da máquina posta em funcionamento: registrar, inquirir, transportar, escoltar, segregar, revistar...

Diz-nos Bauman que "uma vez efetivamente cancelados como sujeitos potenciais de demandas morais, os objetos humanos da execução de tarefas burocráticas são vistos com indiferença ética, que logo vira desaprovação e censura. Objetos desumanizados não podem ter uma causa 'justa'"(Baumann, 1996:128). Assim, a juíza que inquirir um dos presos diz de modo conclusivo e do alto de sua arrogância: "nem tua família te visita?".

O cenário das prisões - no caso a POLINTER - às vezes explode por curto tempo na mídia (veja matérias de O Globo dos dias 04 e 05/09/2005) e oferece uma visibilidade míope aos de fora das grades; o Judiciário, por sua vez, com seu intrincado funcionamento, ritual e linguagem próprios (quase um dialeto hermético para o homem comum) pode fazer crer que a legalidade inscrita na Constituição Brasileira e nas legislações complementares (Lei de Execuções Penais, Estatuto da Criança e do Adolescente, etc) possa se efetivar. Como tão bem colocou Guilherme O'Donnell (1987:347), "o Estado burocrático pode estar presente, na forma de prédios e funcionários pagos pelos orçamentos públicos. Mas o Estado legal está ausente, qualquer que seja a legislação formalmente aprovada existente, ela é aplicada, se tanto, de forma intermitente e diferenciada".

Portanto, o documentário estampa a violência do Estado infrator, não só nas cenas cruéis que falam por si, mas na aplicação das próprias sentenças judiciais: uma pena privativa de liberdade aplicada a um dos réus para ser cumprida em regime semi-aberta é executada - pelas falhas e falta de vagas no sistema prisional - em regime fechado. Inúmeras situações idênticas a esta se repetem no cotidiano.

A direção do documentário não sataniza nem vitimiza os sujeitos que estão sendo julgados. Não são monstros nem heróis. São seres humanos que ela nos apresenta - jovens que são, nestes últimos vinte anos, os habitantes

preferenciais das prisões, com delitos inclusos nos crimes contra o patrimônio (seja três latas de óleo mencionadas pela defensora pública Inês ou celulares, bolsas, pequenas quantias de dinheiro, bicicletas) e crimes relacionados ao uso e venda de drogas, associados ou não à formação de quadrilha.

Os presos do estado do Rio de Janeiro, cerca de 25.000, inclusos nos xadrezes ainda existentes, nas delegacias e nas unidades prisionais e hospitalares do sistema penitenciário estadual, estampam nos rostos, corpos e linguagem sua experiência de partícipes da classe socialmente vulnerável. Uma pequeníssima minoria talvez possa ser reconhecida como eventualmente detentora de maior poder financeiro e de autoridade no mundo dos negócios ilícitos. No entanto, aquele status se esvai com bastante rapidez, ainda que grandes alardes se produzam em torno de suas capturas e talvez, se for possível crer, na continuidade dos seus negócios de dentro dos muros para o seu exterior.

Este mundo dos negócios ilícitos é tarefa complexa de se penetrar, se é que algum pesquisador ou agente público conseguirá algum dia desvendá-lo. Ao contrário, o mundo dos negócios lícitos que gira em torno da produção da criminalidade é alvo de propaganda, objeto de um sempre florescente mercado lucrativo: armas, sofisticados sistemas eletrônicos de segurança de casas e carros, viaturas, empregos no Executivo, Judiciário, Legislativo, financiamento de pesquisas, constituição de um exército de "bóias-frias" de segurança pública, em precárias condições de trabalho nas ruas... A esta alta rentabilidade dos negócios lícitos vinculados à criminalidade, muitos discursos e movimentos sociais, sob forma de ONGs, eleições de políticos, se multiplicam.

Duas cenas distintas do documentário, mas com o mesmo conteúdo e advindas dos vieses religioso e institucional, giram em torno da expressão BASTA: o discurso do desembargador, no órgão especial do Tribunal de Justiça por ocasião da promoção da juíza à desembargadora e o discurso do pastor no culto religioso que vocifera um BASTA ao sofrimento dos fiéis. E, na sociedade, movimentos dessa natureza se multiplicam... No entanto, todos são incapazes de penetrar no mal banalizado focado pelas câmeras de Maria Augusta Ramos. Todos nós temos uma parte da responsabilidade moral e

pessoal naquele cenário banalizado. Todos nós, profissionais do Serviço Social, Psicologia, Direito, Enfermagem, Medicina, Odontologia, Terapia Ocupacional - todos nós cidadãos - não somos apenas o que Arendt denominava de "um dente da engrenagem" do aparato burocrático, não ostentamos como Eichmann autodenominou "uma obediência cadavérica" em relação às ordens superiores.

Somos responsáveis tecnicamente pelas nossas ações, que têm forte fundamento nos nossos saberes e disciplinas formativas. Mas somos tecnicamente fluidos, se moral e tecnicamente não soubermos sustentar nossas ações técnicas, rever, refletir sobre as ordens instituídas neste cruel e cristalizado aparato burocrático expresso por Maria Augusta Ramos.

Sinopse (Fonte: <http://www.justicaofilme.com.br>)

Justiça, documentário de Maria Augusta Ramos, pousa a câmera onde muitos brasileiros jamais puseram os pés — um Tribunal de Justiça no Rio de Janeiro, acompanhando o cotidiano de alguns personagens. Há os que trabalham ali diariamente (defensores públicos, juízes, promotores) e os que estão de passagem (réus). A câmera é utilizada como um instrumento que enxerga o teatro social, as estruturas de poder — ou seja, aquilo que, em geral, nos é invisível. O desenho da sala, os corredores do fórum, a disposição das pessoas, o discurso, os códigos, as posturas — todos os detalhes visuais e sonoros ganham relevância. O espaço, as pessoas e sua organização são registrados de maneira sóbria. A câmera está sempre posicionada em relação à cena mas não se move dramaticamente, não busca a falsa comoção. Sinal de respeito, de não-exploração. No filme, não há entrevistas ou depoimentos, a câmera registra o que se passa diante dela. Maria Augusta Ramos observa um universo institucional extremamente fechado e que raras vezes é tratado pelo cinema ficcional brasileiro. Seu filme é tão mais importante em função de nossas limitações em termos de representação dos sistemas judiciais. Em

geral, nosso olhar é formado pela visão do cinema americano, os “filmes de tribunal”. Justiça, sob esse aspecto, é um choque de realidade.

A cineasta vai acompanhar um pouco mais de perto uma defensora pública, um juiz/professor de direito e um réu. Primeiro, a câmera os flagra no “teatro” da justiça; depois, fora dele, na carceragem da Polinter e na intimidade de suas famílias.

Com suas opções claras, que não são escondidas por sua opção pela sobriedade e pela simplicidade, Maria Augusta Ramos deixa evidente que, como os documentários, a justiça está muito longe de ser isenta. Como e para quem a justiça funciona no Brasil é a questão que se apresenta em seu filme, sem respostas definitivas ou julgamentos preconcebidos (Pedro Butcher, Revista Cinemais).